

Texto e compreensão: condições para a apreensão dos sentidos textuais

Maria Aparecida Lino Pauliukonis^a

Resumo

A temática deste artigo - compreensão e interpretação de texto - é tratada a partir da abordagem de Patrick Charaudeau realizada em dois momentos. Em artigo de 1995, ele problematiza o processo comunicativo de forma que se compreenda o que o sujeito comunicante põe em jogo, por meio da observação das escolhas mais ou menos conscientes que realiza, com a expectativa de se fazer compreender pelo receptor interpretante. Em texto de 2018, o autor propõe-se a reexaminar essas acepções, propondo uma abordagem interdisciplinar do tema, relacionando parâmetros advindos da tradição hermenêutica e das ciências da linguagem, mais especificamente da Teoria Semiolinguística do Discurso.

Palavras chave: *compreensão; interpretação; análise inferencial.*

Recebido em: 09/07/2019.

Aceito em: 25/07/2019.

^a Professora Titular de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ. E-mail: aparecidalino@gmail.com.

Introdução

O Texto é a manifestação material (verbal e semiológica: oral/gráfica, gestual, icônica etc.) da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor.
(CHARAUDEAU, 2008, p. 77)

A discussão proposta neste artigo focaliza as questões de compreensão e interpretação do sentido dos textos, a partir de pressupostos tratados por Patrick Charaudeau, em dois momentos de suas investigações específicas sobre o tema: em artigo publicado em 1995, pelo CIAD-Rio, nos *Anais do primeiro Encontro franco-brasileiro de AD*, realizado na UFRJ, e em texto presente nas *Actes du Colloque de la Asociación des Sciences du langage*, realizado em 2017 e posteriormente publicado no livro *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*, em 2018. Objetiva-se comparar as duas abordagens e verificar o enfoque de cada uma delas.

A questão primordial fundamenta-se no pressuposto de que o estudo do relacionamento entre linguagem, sentido e lugares sociais caracteriza o objeto de estudo da Análise do Discurso, cuja função principal é verificar como se articulam, de um lado, a materialidade linguística – suas marcas formais – e de outro, o sentido social e discursivo que possibilita descrever também a identidade dos atores sociais e suas formas de interação nas variadas situações de intercâmbio linguístico. A proposta de Análise do Discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau – Teoria Semiolingüística – insere-se nesse esforço amplo das Ciências Humanas de construção de um modelo multidimensional de compreensão do ato de comunicação.

O seu maior compromisso é, certamente, com a articulação entre os planos *situacional*, em que o discurso é produzido, e o *lingüístico*, referente às características internas do discurso e sua organização em signos. Charaudeau procura evitar tanto as abordagens que enfatizam excessivamente o plano do contexto social, em prejuízo da análise propriamente linguística, quanto as que tendem a focalizar unilateralmente a dimensão linguística, sem considerar suficientemente as condições sociais e psicológicas de produção do discurso.

Dessa forma, os estudos semiolinguísticos, desde seu início, colocaram em pauta a problemática enunciativa, ou a relação de sujeitos emissores com os enunciados, em uma situação partilhada com os receptores e direcionada a uma finalidade argumentativa, com base em processos de influência.

Um dos grandes problemas que se apresenta para a análise da compreensão e da interpretação textual, segundo o autor, é o de saber se o sentido do qual o texto é portador existe em si mesmo, independentemente de suas condições de produção, ou seja, o texto fala por si mesmo, ou se depende dessas condições, como testemunho da voz de outro. Questões como essa foram colocadas por Roland Barthes (1972), relativas a um *ça parle* – que se refere a um texto sem autoria, e a um *je parle* – em que se tem a voz do enunciador.

Para Charaudeau (1995), um texto considerado fora de suas condições de produção, considerado em si mesmo, é portador de um sentido aberto, plural, testemunha de muitas vozes; já o texto considerado nas circunstâncias que o produziram traz um sentido, ainda que plural, domesticado pelo projeto de fala daquele que o produziu e corresponde ao *je parle* de que fala Barthes.

Para elucidar a questão de saber se se deve considerar a situação em que o sentido do texto foi produzido, ou o sentido textual fora da situação, o autor propõe especificar sua concepção de “texto”.

Noção de texto

O texto é a *resultante* – no sentido que a Física dá a esse termo – dos componentes de um processo de transação de sentido entre dois parceiros ligados por uma finalidade de ação. Trata-se de uma *coconstrução* de sentido que só se realiza plenamente ao final do ato interativo. Nesse processo, cada um dos parceiros cumpre um papel que lhe é próprio: o de enunciador que se encontra diante de um mundo a significar e se dirige ao outro por meio de um ato de comunicação, tornando-se, então, produtor de um sentido, ou melhor, “colocador em cena” de um sentido; a esse parceiro Charaudeau denomina sujeito comunicante. Por sua vez, o outro tem de reconhecer um mundo já significado e necessita decodificá-lo em uma

relação forma/sentido por meio de um novo ato interpretativo, o que permite denominá-lo de sujeito interpretante.

Para que se realize a interação, é necessária a obediência a quatro postulados que são a garantia do cumprimento da intencionalidade: o princípio da alteridade obriga o reconhecimento da existência dos dois parceiros; o da influência postula a ação necessária de um deles para modificar o pensamento do outro; o da regulação prediz que cada um deve gerenciar o sistema de regras das trocas e torná-lo possível e o da pertinência permite validar todo o processo, o qual deriva de um saber compartilhado. Esses princípios garantem a coconstrução do sentido e sua finalização no ato comunicativo.

O texto constitui, portanto, uma configuração significativa, objeto de uma transação, em um quadro intencional que determina uma finalidade. Se, por um lado, está repleto das condições de realização/produção do processo, por outro, é pleno do projeto de fala do enunciador e deve ser reconhecido pelo interlocutor interpretante.

Deve-se enfatizar a visão da dinamicidade do ato comunicativo, que compõe o texto, como uma troca linguageira entre parceiros portadores de um propósito de influência recíproca, mas assimétrica e dirigidos por um *contrato* específico de comunicação. Esses parceiros se dedicam a uma série de operações, que serão analisadas, a seguir.

Operações realizadas pelos sujeitos da comunicação

Para a composição do texto, concorrem algumas operações discursivas que estão relacionadas à tematização e à relação. A tematização, de ordem categorial, em um movimento centrípeto de aglutinação coercitiva, permite caracterizar os elementos com seus traços distintivos específicos, garantindo, assim, um sentido literal ou explícito, o sentido de língua.

De outra operação de relação, ou de transação, resulta a expressão textual, realizada nos vários modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo narrativo e argumentativo). Nesse caso, em que se articulam sentido e formas e se constitui o processo de semiotização do mundo, as operações se medem por critérios de coesão.

Por sua vez, os parceiros também precisam construir o sentido de forma que dê conta de sua intencionalidade, permitindo passar do sentido da língua (*langue*) ao sentido de discurso (*parole*). Segue-se um processo inferencial que produz deslizamentos de ordem metonímica e metafórica, dentro de um movimento de estruturação de sentido centrífugo - que espalha - que se relaciona com outras palavras e sequências e se acha registrado na memória e na experiência dos sujeitos. Por meio dessa atividade de ordem intertextual e interdiscursiva, os sujeitos constroem um sentido indireto, implícito, contextualizado, um sentido de discurso, que se mede por princípios de coerência.

No espaço de relação, ou de expressão textual, o sujeito comunicante se entrega a operação de significar tanto a finalidade do ato, quanto a identidade dos protagonistas e a situação socioinstitucional. Ao mesmo tempo, deve fornecer índices semiológicos que traduzam os roteiros de ação dos parceiros e os índices de sua ação sociocomunicativa. Tudo deve estar de acordo com o “contrato de comunicação”, estipulado, também, pelas circunstâncias do ato de comunicação.

Quanto à atuação do sujeito interpretante, deve-se levar em consideração que ele busca decodificar o texto que lhe é endereçado e busca reconhecer o “mundo já significado” pelo sujeito comunicante, o que se faz por meio de várias operações: primeiramente precisa reconhecer o sentido dos termos por meio de instruções de significados, ou as “moléculas sêmicas” mais prováveis, o que lhe permite um cálculo de probabilidades que se liga às palavras. Deve reconhecer, assim, os processos de nomeação, determinação, qualificação e ação que presidem a construção do sentido de língua. A todo esse processo de ordem categorial, o autor denomina de ato de compreensão, constituindo-se um primeiro nível de reconhecimento dos sentidos.

Por outro lado, é preciso reconstruir igualmente os sentidos indiretos, implícitos, advindos também de relações com sequências portadoras de outros sentidos de língua, contidos no *cotexto*. Essas operações se dão na ordem das inferências que possibilitam “re”construir a problematização do sentido de discurso que se encontra no mundo significado pelo sujeito comunicante. O grau de coerência do trabalho inferencial mede-se pela “verossimilhança” do sentido do

discurso do comunicante, que pode ser validado ou não, a depender do quadro contratual, da finalidade, da identidade dos interagentes e da situação comunicativa. A esse processo duplo – linguístico-discursivo e situacional –, mas de ordem inferencial, pode-se denominar de *ato de interpretação*.

No exemplo a seguir, em que um pai diz ao filho “– São dez horas” e o filho se põe a guardar os objetos espalhados e se prepara para dormir, concorrem os dois sentidos de língua e de discurso na interação: a simples referência ao horário, naquela circunstância, impõe um sentido de ordem ou pedido: “está na hora de dormir”. Se o filho respondesse: “– Amanhã não tenho aula, pai”, talvez uma nova negociação pudesse se instaurar – o que se coloca em questão é o sentido de língua e de discurso que ocorrem simultaneamente.

A Teoria Semiolinguística do Discurso deriva de uma teoria da ação em que o sentido se constrói em uma relação triangular que subordina a referência ao mundo à intersubjetividade dos interlocutores, portanto grande é a atenção dada à teoria dos sujeitos do ato de comunicação. Constitui este o lugar do encontro imaginário de dois universos de discurso – o da produção e o da interpretação – que não são idênticos. Nesse sentido, a linguagem não pode ser vista como desprovida da atuação dos interagentes e da influência de outros fatores sociais e psicológicos que constituem o universo discursivo.

Novas interrogações sobre compreensão e interpretação

Em seu último artigo, Charaudeau (2018) propõe-se a fazer novas interrogações em torno dos dois modos de apreensão do sentido nas ciências da linguagem. O autor retoma os conceitos de compreensão e interpretação já definidos e analisados por ele (1995) e propõe sua reinterpretação. Inicia por situá-los historicamente, enumerando e comparando a visão de dicionários e de renomados filósofos sobre o assunto, o que lhe permite relacioná-los ao campo da reflexão filosófica, ligados a uma tradição hermenêutica.

Como atualmente há o entendimento e aceitação de que uma disciplina científica constitui o lugar onde se podem entrelaçar conceitos de outras disciplinas, ele se propõe a

repensar as duas noções no âmbito das ciências da linguagem, por meio de um tratamento ou abordagem interdisciplinar.

Seu objetivo é estabelecer-lhes um estatuto categorial, o que lhe permite descrever diferentes operações interpretativas, de acordo com a posição ocupada pelo sujeito interpretante. Por meio de um percurso histórico da investigação hermenêutica, o Charaudeau (2018) entende que se pode atualmente identificar o *ato de compreender* como um movimento de apreensão global do sentido, mas consequência de diversas operações realizadas no *ato de interpretação*. Nesse sentido, é importante considerar significativa a presença e a ação dos sujeitos comunicante e interpretante, exteriores ao texto, em uma relação de alteridade.

A compreensão traz em si essa marca de intersubjetividade entre um sentido intencional – o que o “eu” quis significar – e um sentido reconstruído pelo interpretante. Sobre esse processo, Charaudeau (2008, p.15-35) propõe que se faça distinção entre os conceitos, já por ele defendidos, de *efeitos visados* e *efeitos produzidos* no discurso.

Nessa nova investigação a respeito do tema, Charaudeau (2018) observa que, apesar de existir uma relação intersubjetiva, o interpretante sempre constrói sentidos em função do que dispõe em seu próprio repertório, pelas referências de seus saberes e de sua sensibilidade. Diante de potencialidades de sentidos – chamados pelo autor de *possíveis interpretativos* –, o sujeito interpretante faz emergir uma diversidade semântica, em que a interpretação é sempre plural, constituindo em si um “processo ilimitado” de referenciação. Pode-se fazer, nesse caso, um paralelo com o que Umberto Eco (1992, p. 26) afirma para a interpretação de textos literários, quando o leitor, diante de possibilidades de sentidos, escolhe uma delas entre muitas outras, ou seja, o sentido passa a ser um, mas poderia ser outro.

No campo das ciências da linguagem, a noção de sentido especificou-se, a partir dos anos 60 e 70, com a noção de enunciado e de enunciação. Benveniste (1974) propõe o aparelho formal de enunciação, em sua tripla dimensão: estrutural, referencial e contextual e instaura a teoria da enunciação, ao mesmo tempo que se dá o avanço da Pragmática, com os trabalhos de Austin e Searle. Charaudeau faz um exame de diferentes teorias, o que lhe permite estabelecer convergências entre as denominações: os sentidos de enunciado e de enunciação, os de língua e de discurso, o semântico e o

pragmático, enfim, sentidos relacionados à diferença entre a compreensão objetiva e a subjetiva dos textos, essencial para o desenvolvimento da temática em estudo.

Uma vez que texto envolve uma rede de relações – entre enunciado, autor e leitor –, é importante considerar, do ponto de vista linguístico, a escolha lexical, a estrutura e a organização das frases, a adequação na representação linguística de referentes e a intenção argumentativa dos enunciadores, detectada nos operadores linguístico-discursivos. Tais análises permitem ao autor afirmar que há uma impossibilidade de se obter a compreensão/interpretação de um texto em sua totalidade.

Com a convicção de que há uma série de complexidades que envolvem o ato de compreender, o autor propõe observar o processo em dois níveis: o da *compreensão literal*, explícita, compartilhada por sujeitos que conhecem o Sistema e o da *compreensão específica* ou interpretação, que depende das circunstâncias do ato de produção. O nível da compreensão literal, embora se trate de um sentido captado no âmbito de uma semântica fora do contexto, também necessita de uma atividade interpretativa com base em elementos categorizados e compartilhados. Esse primeiro processo é essencial para o ato de interpretar, mesmo que se situe na ordem do provável e do sentido em potencial. Interpretar torna-se, então, uma operação mental que leva em consideração diversos “índices” do sentido para deles extrair hipóteses de significação.

Das operações interpretativas por inferências

Neste item, o Charaudeau associa o ato de interpretação ao reconhecimento do processo de construção do sentido feito pela instância de produção e, ao mesmo tempo, sua recriação pela instância de interpretação, mas acentua que tudo se realiza por processos inferenciais.

A inferência resulta de uma operação mental que consiste em se tirar uma conclusão da relação entre dados advindos de ações, fatos, acontecimentos. O autor estende a noção de inferência a todas as operações de interpretação, como um mecanismo cognitivo generalizado por meio do qual o receptor retoma elementos que formam o enunciado, relaciona-os a dados da vizinhança linguística, a seus saberes sobre os

interlocutores e às circunstâncias da situação. Considera que isso se dá em dois momentos, em relação aos dados internos do texto – inferência centrípeta – e aos dados externos ao texto – inferência centrífuga.

O exemplo a seguir ilustra a diferença entre a concepção de inferência centrípeta (sentido de língua) e a centrífuga (sentido de discurso), ambos os sentidos recuperados por diferentes processos inferenciais. O enunciado “Tenho 30 anos”, por meio de inferências centrípetas e/ou relações paradigmáticas e sintagmáticas do sistema linguístico, permite deduzir que está sendo informada a idade de uma pessoa – que tem 30 anos e não 20 ou 25, por exemplo. Trata-se de inferência estrutural, cotextual. Já o raciocínio inferencial situacional observa o *contrato comunicacional* que aí impera e as circunstâncias materiais em que se dá a troca linguística. Pode-se tratar da afirmativa de um atleta profissional que está comunicando sua aposentadoria por se achar velho, ou poderia ser a de um cientista em início de carreira, que quer informar que é muito jovem e que pode ter ainda muitos anos como pesquisador.

A significação final vai depender, portanto, além de elementos linguísticos, também de informações sobre a identidade dos parceiros, do reconhecimento da finalidade da informação e dos dispositivos da troca languageira; como tudo é regido por um contrato de comunicação, este intervém com restrições e sobredetermina as visadas discursivas e possibilita a intercompreensão dos interlocutores.

O complexo processo de interpretação é analisado pelo autor sob o prisma de operações inferenciais, das quais Charaudeau analisa alguns tipos, que serão apresentados a seguir:

- as inferências que resultam de relações do texto verbal com outras matérias semióticas (bastante comuns em tempos de comunicação *on-line*) produzem inferências intersemióticas que exigem um novo olhar para a apreensão dos sentidos, dada a riqueza de relações dos signos não verbais e sua interação com os verbais. Citam-se, entre tantos exemplos, os usos de imagens em textos da internet e dos vários meios audiovisuais, em que se observam cruzamentos intersemióticos.

- as inferências interdiscursivas, que se tornam ricas fontes de sentido, pois derivam de saberes e crenças compartilhadas e carregam sentidos de discursos anteriores, a que fazem referências explícitas ou implícitas, de forma mais ou menos consciente. Ressalte-se a força do interdiscurso nos raciocínios inferenciais.
- as inferências metadiscursivas, a que denomina epistêmicas, porque decorrem de saberes de conhecimento que se impõem sobre o interlocutor por estarem codificados pelo discurso das Ciências. O mesmo raciocínio se aplica ao discurso religioso, ao jurídico, ao didático ou ao discurso da imprensa, os quais se valem, muitas vezes, de um “status” de autoridade.

Vale lembrar, ainda, que o processo de interpretação inferencial também pode estar ligado ao *lugar* que o enunciador e o interpretante ocupam no dispositivo de troca: um diálogo entre dois amigos é diferente de uma conversa entre desconhecidos, ou quando há situações de troca entre réu e juiz, aluno e professor, fiel e confessor, etc. É preciso enfatizar que o resultado de uma interpretação interlocutiva nunca será previsível, pois o sentido final vai depender de inferências feitas durante toda a interação. Um simples enunciado, como “É um intelectual”, tem seu sentido ligado ao contexto que o atualiza e ao que se sabe sobre o emitente e seu interlocutor.

Enfim, a temática da interpretação por inferências é complexa e o autor enfatiza que ela não pode ser considerada como um fim em si mesma ou um resultado, mas deve ser vista como um processo, cuja variedade decorre de parâmetros diversos. Antes de tudo, insiste em que é preciso distinguir o “status” linguageiro dos parceiros interpretantes, as situações interpessoais nas quais eles assumem seus papéis e as relações feitas com fatores sociais e discursivos diversos.

Ele estende tal raciocínio à ação dos sujeitos analisantes, que precisam evitar atitudes absolutistas ao julgarem que suas inferências são mais adequadas ou autênticas que outras, quando o que se tem são apenas pontos de vista. Dessa forma, não se pode afirmar que uma análise filológica coerente é superior ou inferior a uma estruturalista, a uma abordagem funcionalista ou a uma discursivo-pragmática, por exemplo.

Nesse caso, lembra o linguista que se deve fugir do raciocínio por *imputação de intenção*, ou seja, quando inferências são feitas em função do que se acredita a respeito de alguém ou de alguma coisa. Tal atitude pode estar superestimada ou subestimada, o que pode conduzir a um pensamento preconceituoso. Enfim, deve-se evitar o eterno embate entre a objetividade e a subjetividade nas análises, porque a complexidade do processo permite concluir que se pode sempre questionar o ato interpretativo.

Considerações finais

Uma disciplina científica é o lugar onde fusionam conceitos de outras disciplinas. Em função disso, Charaudeau (2018) propõe repensar as noções de “compreensão e interpretação”, tratadas por outras disciplinas, e descrevê-las no âmbito das ciências da linguagem; e, para torná-las mais apropriadas, sugere uma abordagem interdisciplinar. Constatase que, quando um ponto de vista teórico ou um campo do saber passa a ser visto como a totalidade do conhecimento, como se fosse uma “verdade” absoluta, a análise se distancia do fazer científico e se aproxima de um discurso como o religioso, por exemplo, em que imperam dogmas e interdições que limitam a objetividade da análise.

Essa forma de tratar a problemática da significação de um texto testemunha o que Charaudeau denomina de uma Teoria Semiolingüística do Discurso, que tem por fim articular as operações cognitivas de ordem lingüística com as operações cognitivas de ordem psicosociocomunicativa, o que se realiza por intermédio das ações de entidades subjetivas, observadas no e pelo discurso, tipicamente o lugar de um cruzamento de construções.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. *Jeunes chercheurs*, Paris: Seuil, *Communication* 19, p.1-5, 1972. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1972_num_19_1_1276. Acesso em: 15 dez. 2019.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral* I. São Paulo: Pontes, 1966.

CHARAUDEAU, P. Compréhension et interprétation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage In: ACHARD-BAYLE, G; GUÉRIN, M; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (org.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas: 2018. p. 21-55.)

_____. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: *Anais do I Encontro franco-brasileiro de Análise do Discurso*. UFRJ: CIAD-Rio, 1995, p. 9-17

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

ECO, H. *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset, 1992.

Abstract

Text and comprehension: conditions for the apprehension of the textual senses

The analysis of this article - comprehension and interpretation of text - is based on two articles of Patrick Charaudeau, published in 1995 and in 2018. In the first article, he analyses the process in order to understand what is the intention of the subject, through the observation of the chosen words by the subject and their uses in the texts. In the article of 2018 he intends to observe these concepts through an interdisciplinary treatment by making a comparison between the traditional hermeneutic treatment and that of the sciences of language, by the analysis in the Semiolinguistic Theory of Discourse.

Keywords: *comprehension; interpretation; inferential analysis.*